

LITERATURA CONTEMPORÂNEA DE AUTORIA NEGRA EM PORTUGAL: IMPASSES E TENSÕES

CONTEMPORARY PORTUGUESE BLACK LITERATURE: IMPASSES AND TENSIONS

ROSANGELA SARTESCHI¹

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo problematizar a presença autoral negra na literatura portuguesa contemporânea, procurando compreender de que maneira essa presença ocorre e os mecanismos sociais, políticos e literários de eventuais apagamentos e silenciamentos na estruturação da sociedade portuguesa.

PALAVRAS-CHAVE: autoria negra portuguesa; racismo português.

ABSTRACT: This article aims to problematize black author's presence in contemporary Portuguese literature, trying to understand how this presence occurs and the social, political and literary mechanisms of occasional erasures and silences in the structuring of Portuguese society.

KEYWORDS: black Portuguese authorship; Portuguese racism.

¹ Professora Doutora da Área de Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa da FFLCH/USP.

Contextualização necessária

A presença de imigrantes africanos e as gerações posteriores já nascidas em solo português tem sido objeto de estudos de variados pesquisadores na Sociologia, na Antropologia e na História como Isabel Castro Henriques, Claudia Castelo, Fernando Luís Machado, Manuela Ribeiro Sanches, Miguel Jerônimo Bandeira. É possível, ainda, encontrar algumas pesquisas que se detêm sobre as manifestações culturais, como a música e a dança em que se destacam trabalhos de Antonio Concorde Contador, Carlos Elias M. Barbosa e Teresa Fradique; no entanto, tem despertado pouquíssimo interesse no âmbito dos estudos literários

A presença negra e a questão da escravidão em Portugal foram sistematicamente historicamente tratadas de maneira tímida, pois, como aponta Silvia Lara (2001), tem um caráter potencialmente explosivo, em especial durante a ditadura salazarista e marcelina. Posição referendada pela historiadora portuguesa Isabel C. Henriques (1997, p. 29) quando afirma que pesquisas e/ou posicionamentos que se contrapuseram à chamada “vocação luso-tropicalista” do império colonial português foram combatidos e reprimidos, pois tal postura poderia abalar os sustentáculos ideológicos do colonialismo.

Com o fim da ditadura, os estudos sobre a questão da escravidão em Portugal e da presença negra no país puderam avançar, mas é possível perceber que ainda persiste um certo mal-estar e silenciamentos significativos.

Diante desse panorama e observando a produção literária portuguesa, é possível perceber os caminhos por onde se constitui o pensamento imperialista por meio das imagens literárias em que sobressai um conceito problemático de alteridade. No entanto, a partir dos anos 1930, há inúmeros autores e obras que abordam a mesma questão de perspectivas ideológicas críticas contrárias ao sistema político e cultural vigentes, como o regime salazarista. A mitologia colonialista passa, assim, a ser objeto de crítica ferrenha por parte desses intelectuais, mas é inegável que a leitura crítica do passado ainda não é um caminho plenamente consolidado, haja vista toda a polêmica que se erigiu no país no momento da divulgação de um eventual Museu das Descobertas, que, em 2017, constou do programa eleitoral de Fernando Medina, eleito presidente da Câmara Municipal de Lisboa. Há, inclusive, uma carta aberta à sociedade assinada por intelectuais de Portugal e por pesquisadores de renomadas universidades

como Harvard, Yale, Universidad Complutense de Madrid, Sorbonne, University College London, entre outras – “Porque é que um museu dedicado à ‘Expansão’ portuguesa e aos processos que desencadeou não pode nem deve chamar-se ‘Museu das Descobertas’” – que aborda o equívoco da perspectiva da iniciativa.² Ou ainda outra manifestação veiculada pelo jornal *Público* – “Não a um museu contra nós!” – em que se expressa a recusa a um museu “construído sobre os ombros do silenciamento da nossa História, com o dinheiro dos impostos de negras e negros deste país”, subscrita por, entre outros, Inocência Mata, Kalaf Epalanga, Ussumane Mandjam, Mamadou Ba, Kiluanji Kia Henda.³

Trazer questões como a colonização e a escravização de africanos e seus desdobramentos na contemporaneidade contribuem para refletirmos sobre o persistente racismo que continua a balizar as relações sociais e as formas de resistências encontradas no campo da literatura para explicitá-lo e, no processo, combatê-lo. Nesse sentido examinar a presença autoral negra na literatura portuguesa contemporânea possibilita que silenciamentos históricos sejam rompidos e que se compreenda de que maneira essa presença ocorre e os mecanismos sociais, políticos e de produção cultural de Portugal que indiquem os meios pelos quais essas produções circulam (e em que medida) dentro das estruturas sociais e literárias portuguesas.

O tema do racismo surge, então, como traço distintivo e resultante histórica inevitável do colonialismo e suas diferentes formas de manifestação, contemporaneamente, no âmbito das estruturas sociais portuguesas. Dessa perspectiva, a produção literária de escritores negros, particularmente, apresenta-se, segundo entendemos, como uma possibilidade de contribuição nos processos de discussão e desvelamento de mecanismos que orientam as relações e as contradições sociais contemporâneas e as tensões dali decorrentes no que se refere especialmente às confrontações raciais.

Identificar e mapear essa produção de autoria negra permitem observar a forma como esses escritores problematizam a identidade cultural negra portu-

2 Documento consultado no endereço <https://expresso.sapo.pt/cultura/2018-04-12-A-controversia-sobre-um-Museu-que-ainda-nao-existe.-Descobertas-ou-Expansao-#gs.HEQmB4k>, em 24/03/18

3 Documento consultado no endereço <https://www.publico.pt/2018/06/22/culturaipsilon/opiniao/nao-a-um-museu-contra-nos-1835227>, em 24/03/18

guesa, seus elementos históricos e culturais, os diálogos com a tradição lusitana e, simultaneamente, sua vinculação às heranças africanas.

A primeira questão que se impõe refere-se à conceituação dessa literatura ou, em outras palavras, esboçar uma reflexão sobre a pertinência, o alcance e as limitações em empregar a denominação *literatura afro-lusitana*, *literatura afro-descendente* ou *literatura negra portuguesa* a essa produção. Se por um lado, é preciso definir o conceito, por outro, consolidada a noção, também se mostra inevitável indagar se o *corpus* literário produzido justificaria essa denominação.

Para esboçar e problematizar tal conceito, é essencial, antes, tecer algumas breves considerações históricas sobre a presença negra em Portugal e o estatuto dessa presença no país.

A presença negra em Portugal

A presença de escravizados africanos no país remonta ao século XV. O historiador Arlindo M. Caldeira estabelece como marco do tráfico a transferência, em 1468, da Casa do Trato da Guiné de Lagos para Lisboa, sob o nome Casa da Mina e Tratos da Guiné. Em 1486 foi criada, nessa instituição, uma repartição para gerir o tráfico dos escravizados, denominada *Casa dos escravos*, onde eram *armazenados* os cativos desembarcados na cidade: “O número de escravizados entrados no país subiu de algumas centenas no fim do século XV para uma média anual de cerca de 2500 nas duas primeiras décadas do século XVI” (CALDEIRA, 2013, p. 159).

Nos séculos seguintes milhares de africanos entraram em Portugal. Primeiro em Lisboa, o único porto desde 1512 onde o desembarque de cativos era permitido, ainda que haja vários documentos que comprovam que outras cidades portuárias também receberam muitos africanos, como aponta a historiadora brasileira Lucilene Reginaldo (2009, p. 292)

Estudos históricos e sociológicos demonstram que é difícil estabelecer com rigor o número exato de indivíduos envolvidos no tráfico de escravizados, mas é possível presumir que, no período que compreende 1501 e 1866, cerca de 12 milhões de africanos foram embarcados num cômputo que envolve as nações colonialistas do período. Em Portugal o fim oficial da escravatura ocorre somente em 1878.

Fernando Luís Machado, em “Quarenta anos de imigração africana: um balanço”, de 2009, aponta que, no século XX, a imigração de africanos (sobretudo originários dos PALOP) apresenta quatro fases.

A primeira, denominada como a dos pioneiros, envolve os deslocamentos entre meados dos anos 60 a 1975 com as independências e o início dos processos de descolonização. Esse primeiro grupo era basicamente composto por cabo-verdianos para atuar na construção civil.

A segunda fase (1975 e até finais dos anos 80), “corresponde aos novos fluxos gerados pela descolonização dos antigos territórios portugueses em África” (MACHADO, 2009, p. 137). Com as independências aumenta o número de imigrantes africanos, mas sobretudo diversificam-se as suas origens. Esse novo contingente chega ao país juntamente com os chamados *retornados*. Machado não os considera imigrantes laborais, entendendo que os protagonistas destes fluxos pós-descolonização podem ser mais adequadamente designados como “lusó-africanos”, que, no entanto, apresentam também dois grupos:

- i) a dos africanos de nacionalidade portuguesa que optam por ficar em Portugal após as independências, em geral racialmente miscigenados, que possuem uma condição social mais elevada e com grande possibilidade de manterem um bom estatuto social;
- ii) a dos lusó-africanos, filhos de imigrantes, já nascidos em Portugal (chamados pelos cientistas sociais de “imigrantes de segunda geração”).

O sociólogo do ISCTE/IUL pontua ainda que nenhum desses dois grupos apresenta traços básicos das populações imigrantes: a transitoriedade e a ideia de retorno ao país de origem.

Na terceira fase (finais dos anos 80 a 2001) observa-se uma intensificação dos fluxos migratórios. É uma fase de imigração laboral, resultante do impulso económico experimentado pelo país com a adesão à então Comunidade Económica Europeia. Nesse período, saliente-se, ocorrem processos de regularização de imigrantes ilegais, em 1993 e 1996, que atingem, respectivamente, cerca de 25.000 e 35.000 concessões de permissão de residência a africanos em especial. Em 2001, novo processo de regularização de imigrantes, mais abrangente e que, por isso, atingiu mais pessoas.

A quarta fase inicia-se após os anos de recomposição global da imigração, quando se percebe um abrandamento dos deslocamentos imigratórios, que basicamente referem-se a “processos de reagrupamento familiar” (MACHADO, 2009, p. 138).

Fato é que esses indivíduos estão inegavelmente presentes em solo português e não podem mais ser considerados como imigrantes. Não é, no entanto, o que diz a lei.

Como se sabe, a atual lei da nacionalidade portuguesa privilegia o estatuto jurídico do *jus sanguinis*, ou seja, é o direito de sangue que determina a cidadania dos sujeitos, cujo reconhecimento ocorrerá de acordo com sua ascendência e origem étnica. Nesse quadro, grande parte dos africanos negros no país mantém a sua nacionalidade de origem, o que, basicamente, significa a impossibilidade de naturalização não só dos migrantes da primeira geração, mas também dos seus filhos e netos.

Várias mudanças no estatuto legal ocorreram como a nova lei da nacionalidade de 2017, que, entre várias medidas, determina que os filhos de estrangeiros que residam em Portugal há, no mínimo, dois anos (até então eram cinco anos) são considerados portugueses automaticamente, a não ser que declarem expressamente não desejar o estatuto, invertendo a antiga regra.

Mesmo diante desses avanços, o debate mantém-se vigoroso e diversos movimentos políticos e sociais ainda lutam por uma lei da nacionalidade mais ampla, justa, inclusiva e democrática, uma vez que ainda persistem no país indivíduos que, mesmo tendo nascido em Portugal e sem nunca terem ido ao continente africano, ainda não são considerados portugueses, mantendo a nacionalidade dos pais.

A questão da nacionalidade e pertencimento identitário

A questão da nacionalidade dos estrangeiros nos quais se incluem os africanos e seus descendentes ainda é, como se pode observar, uma questão bastante problemática e espinhosa e, aparentemente, o poder público português hesita em enfrentá-lo verdadeiramente.

Exemplo emblemático dessa postura refere-se à decisão, de 17 de junho de 2019, de que o censo de 2021 não poderá tocar em questões sobre a pertencen-

ça étnico-racial dos consultados, medida que permitiria a verificação oficial da composição étnico-racial da população portuguesa – uma demanda histórica dos movimentos negros do país.

Essa decisão do Instituto Nacional de Estatística (INE) contraria uma recomendação do GT criada pelo governo português e que tinha como tarefa elaborar um estudo sobre a questão.

O veto contraria também, em alguma medida, a opinião pública, pois, de acordo com pesquisa elaborada pelo Centro de Estudos e Sondagens de Opinião da Universidade Católica, a partir de uma amostra de 1906 inquiridos e veiculada pela jornalista Joana G. Henriques em matéria para o jornal *Público* de 04 de abril de 2019, 84% da população afirmou que responderia à pergunta sobre origem e/ou pertencimento, o que contradiz frontalmente os argumentos de que um questionamento dessa natureza causaria estranheza e repúdio entre a população. Nessa mesma aferição, constatou-se ainda que 90% dos consultados têm a percepção de que há discriminação em Portugal.

Para a socióloga e também membro do mencionado GT, Cristina Roldão, em entrevista ao jornal *Público* de 17 de junho de 2019, a decisão indica claramente o não reconhecimento, por parte do estado português, da multiplicidade e da diversidade cultural e racial que caracteriza o país e, por extensão, omite-se uma vez mais no enfrentamento honesto acerca do racismo, entendido como componente estruturante da sociedade lusitana.

Diante da notícia é incontestável o retrocesso nesse embate, já que persiste um problema histórico na verificação e categorização da população negra em Portugal, perpetuando-se limitações das fontes estatísticas oficiais ao não contemplar indicadores de pertença étnico-racial. Prevalece, assim, os históricos e infames processos de silenciamento e invisibilização de uma parcela significativa da sociedade portuguesa.

Para citar um exemplo bastante revelador ressalto o estudo publicado recentemente pela Sociedade Portuguesa dos Autor (SPA) – “O perfil do autor em Portugal” –, conduzido pelo sociólogo Paulo C. Seixas no período de fevereiro a setembro de 2018.

O trabalho pretende ser “um estudo sociográfico aprofundado a dois universos de autores registrados na Sociedade Portuguesa de Autores (SPA)” (p. 4). Pretende ainda “discutir se os autores constituem um grupo social ou se se trata de uma categoria sociológica.” (p. 5).

O documento aborda questões como territorialização de autores, evolução do número de autores, idade, sexo, estado civil, escolaridade, formação, profissão, nacionalidade, naturalidade, residência, contexto de produção e redes de socialização.

Com relação à análise dos dados e categorias recolhidas, chama a atenção o fato de o pesquisador deixar registrado seu pesar frente à sub-representatividade da autoria feminina. No entanto, não há nenhuma menção à origem étnico-racial dos autores levantados; não há sequer uma nota explicativa do porquê de tal ausência. Como se observa, mais uma nota no movimento de persistentes omissões e invisibilização cultural e social dos negros portugueses.

Dessa forma, é possível afirmar então que a construção identitária portuguesa ancorada em processos em que a pluralidade e a diversidade sejam consideradas como seus elementos fundadores ainda encontra ferrenha oposição e resistência. O discurso político hegemônico, mas não só, recusa-se a enfrentar e equacionar questões que dizem respeito à diversidade cultural e ao diálogo intercultural. Parece prevalecer um aprofundamento da divisão entre um “eu” (portugueses brancos) e o outro (sujeitos não brancos sobretudo), o que tem desencadeado um convívio pluricultural e multiétnico, que, longe de ser harmônico e democrático, expõe toda sorte de violências concretas e simbólicas, evocando fraturas e rupturas que dizem respeito ao passado colonial ainda não superado.

É notório o mal-estar dos indivíduos negros frente à insistente e impercível recusa da população branca em assimilar a origem portuguesa dos negros, colocando-se esta demanda inadiável: a de que os afrodescendentes em Portugal sejam reconhecidos como portugueses. O capítulo que abre o romance *Um preto muito português*, de Tvon, elabora com contundência essa dramática condição:

Perguntam-se várias vezes donde sou.

Sou filho de caboverdianos que há muito residem em Portugal. Sou neto de caboverdianos que nunca conheceram Portugal. Sou bisneto de holandeses que mal conheceram Portugal. Sou bisneto de africanas que muito ouviram falar de Portugal.

E donde sou eu? Eu até sou nascido em Lisboa, mas sou tão tido como estrangeiro. Não por minha opção, no princípio mas depois com o tempo, com as pessoas, apercebi-me de que era um dos inúmeros lisboetas não

considerados alfacinhas. O meu nome é João mas eu conheço-me como Budjurra, ainda que este não esteja no meu BI Amarelo, esse documento que me foi tão difícil obter. Bjudjurra conta uma história de vida que atravessa ambientes diferentes. (TVON, 2017, p. 5)

Essa reivindicação, no entanto, não significa que não haja um forte desejo e esforço para que os laços que ligam esses indivíduos à África sejam cultivados, aprofundados e percebidos como determinantes na constituição de suas identidades. Nesse sentido e medida, os afro-portugueses são sujeitos profundamente divididos, condição elaborada no seguinte excerto do poema “Dupla Consciência”, de Carla Fernandes (2017, 101): “Reproduzimos o que nos diz o seu mágico condão. // Mas não, não somos livres de consciência // Somos, sim, prisioneiros de uma dupla consciência // Da que nos oprime e daquela que se debate para ser livre da prisão // E fazer valer a sua razão”.

Em outro poema da mesma autora, organizadora da antologia *Djidiu – A herança do ouvido*, revela-se o quão profunda são as marcas da ancestralidade africana e afro-diaspórica definidoras da existência:

África **Positiva**

África

O continente mãe de todos nós

Cuja voz se ouve na cor negra

África

Um calor que se sente no bater no coração silencioso

perante as dificuldades gritantes de um devir.

Que se adivinha pelo sentir de sua pulsação estridente, ardente, sorridente

do apelo dos seus filhos

Premiados pelo seu amor

Pelo amor de seu calor. (FERNANDES, 2017, p. 45)

Não obstante, a questão do pertencimento nacional e racial mostra-se ainda mais complexa, já que há, ainda, sujeitos nessa mesma condição que, embora reconheçam acentuados laços com Portugal, definem-se, antes de tudo, como africanos.

Como se pode observar, há pontos cujas especificidades e nuances afastam-se daquelas problematizadas para o caso brasileiro, cujos processos de constituição das identidades no tocante à nacionalidade já estão minimamente conciliados.

É preciso apontar, ainda, que é crescente o número de coletivos e associações no âmbito da sociedade civil que organiza a luta de resistência frente a tais políticas institucionais excludentes e racistas, como a *SOS Racismo*, *Femafro*, *Djas*, *Afrolis*, para citar apenas alguns. Notam-se assim demandas e medidas que têm por objetivo claro a afirmação positiva das identidades negras tanto dos imigrantes africanos quanto da população afro-portuguesa.

Nesse sentido, em tais processos de lutas, resistência e enfrentamentos, a literatura coloca-se como campo privilegiado, já que vai, pela voz do autor negro, inaugurar um discurso a partir de perspectiva diversa daquela hegemônica. À medida que o texto vai sendo introjetado por campos de força dialeticamente constituídos, é possível construir narrativas em que se perceba como esses sujeitos estruturam-se como grupo étnico-racial e as tensões resultantes dos embates na constituição e afirmação de identidades plurais e multifacetadas.

Literatura de autoria negra em Portugal: esboçando percursos

Em um cenário de tantos silenciamentos e apagamentos, podemos afinal falar em *literatura afro-portuguesa*, *negra portuguesa* ou *de autoria negra em Portugal*?

O silenciamento no âmbito dos estudos literários portugueses a respeito dessa produção coaduna-se com o percebido na academia brasileira, onde também se constata as intensas restrições na abordagem historiográfica que não considera as especificidades dos discursos literários de sujeitos negros. No entanto é preciso admitir que no caso brasileiro há importantes grupos e pesquisadores empenhados em reverter esse quadro, produzindo trabalhos e pesquisas cada vez mais consistentes e que vêm sendo gradualmente reconhecidos como campo de pesquisa necessário e relevante.

O debate, no entanto, é ainda alvo de intensas disputas: surgem acaloradas polêmicas sobre a pertinência e/ou limitações que envolvem um conceito como o de literatura negra brasileira. Essa questão foi pioneiramente abordada por Roger Bastide, na década de 40, passa pelos brasilianistas, como David Brookshaw,

e, desde o começo do século XX, é problematizada por importantes pesquisadores e teóricos, além de escritores, como Domício Proença Filho, Zilá Bernd, Eduardo de Assis Duarte, Benedita Damasceno, Cuti, Edimilson de A. Pereira, Nazareth Fonseca entre outros.

Para o caso português, dadas as particularidades dos processos de constituição de identidades entre a população afrodescendente em que se percebem intrincados enredamentos, pronunciadas questões históricas não superadas e armadilhas conceituais ainda não devida e suficientemente analisadas, consideramos ser mais apropriado nomear essa produção na chave da *literatura de autoria negra em Portugal*.

Além disso, essa designação coaduna-se com nossa escolha conceitual em relação à produção brasileira e explicita o foco de nosso interesse, que é o de refletir como o texto literário na voz autoral negra aborda e elabora tópicos como racismo, resistência e enfrentamentos aos processos de apagamento e invisibilização de negros, afirmação identitária negra em sociedades que se pretendem e simulam como monoculturais e etnicamente homogêneas.

Da mesma maneira, essa nomeação, no caso português, possibilita traçar um arco bastante amplo de modo a englobar e contemplar a produção daqueles sujeitos negros já nascidos em solo português, mas também daqueles que, nascidos na África, assumem essa identidade multifacetada e afro-diaspórica.

Isto posto, é possível estabelecer um *corpus* literário que se mostra ainda em formação, mas que já se faz presente para além dos nomes consolidados como Djaimilia Pereira de Almeida e Kalaf Epalanga. Chama a atenção nesse rol que, entre os nomes levantados, haja apenas quatro autoras negras nascidas em Portugal: Raquel Lima, Grada Kilomba, Sónia Vaz Borges e Andrea Coutinho. Constata-se também que a presença negra feminina é bastante representativa, talvez em decorrência da existência de um movimento feminista negro bastante vigoroso em Lisboa como o *Inmune* e *Femafro*.

Essas obras revelam proeminentes especificidades e complexidades; assim, de modo a sublinhar tais diferenças, julgamos mais apropriado separar o *corpus* em dois grupos. O primeiro contemplaria autores afro-portugueses quer por sua nacionalidade, mas, sobretudo, por sua intervenção no cenário político e cultural (como atestam entrevistas e presença em debates em variados espaços, dos meios de comunicação de massa e alternativos à academia), quer por sua tópica literária.

Todos eles apresentam projetos literários de intervenção e discussão estéticas de questões que envolvem a experiência negra em Portugal, como se pode perceber no seguinte excerto do já referido romance de Tvon:

Nascemos todos no gueto. Sim, no ghetto. Quem disse que em Portugal não há ghettos? O que chamam vocês aos bairros sociais juntos a zonas industriais? Junto a nada? Barracas sem iluminação, sem água potável? Bairros onde essencialmente habitam pessoas com a mesma etnia? Onde se acumulam os imigrantes pobres? Há dúvidas sobre o conceito? (TVON, 2017, p. 8)

Um trecho do poema de Cristina Carlos, também integrante da *Antologia Dji-diu – a herança do ouvido*, reafirma essa experiência individual mas que reverbera sempre uma coletividade além de assinalar a posição de assimetria e de inferioridade nas relações sociais lusitanas:

Outra educação

[...]

Porque, nas contas do recreio, o meu resultado era sempre menos que zero!

A escola também me ensinou a ler “B” “A” “BA”, de branco, é que é bom

“P” de pretuguês é que é mau

Em história aprendi a ter vergonhas dos meus

[...] (CARLOS In: FERNANDES, 2017, p. 82)

Também é marca distintiva do poema “Cicatrizes”, de Gisela Casimiro:

Cicatrizes

Nada as fará desaparecer

por isso chora o que quiseses

sobre as tuas cicatrizes.

Elas limitam a tua invisibilidade

por isso escreve o que puderes

sobre as tuas cicatrizes (CASIMIRO, 2018, p. 49)

No conto “Dona Nana” de *Dois corvos amarelos*, de Bernadete Pinheiro e Matamba Joaquim, temos o deslindamento, novamente, do lugar ocupado pela maioria dos sujeitos afro-diaspóricos na estrutura social e econômica do país:

Veio ainda moça.

Entendia, mas não falava muito bem o português, mas isso não a impediu de arranjar trabalho com o senhor Manel das Limpezas. Depois arranhou mais um trabalho na cozinha da senhora Aurora, precisava de organizar a vida. Saía de casa com a primeira luz d’ aurora. Em casa o marido e os filhos ainda dormem, embalados pela cachupa da noite anterior.

Apanha o primeiro comboio em direcção à baixa de Lisboa, depois ainda tem de apanhar o carro na estação do Rossio, indo em seguida para as limpezas, juntando-se a outras mulheres, na busca de um sonho comum.

[...]

Mesmo sem perceber muito bem o Português, revista com muita paciência e observa os cadernos dos filhos. Procura sempre, com algum receio, pela cor vermelha, que nunca encontra nos seus cadernos. Fica aliviada, porque significa que os miúdos vão bem na escola. Uma amiga lhe tinha dito, que seus filhos tinham muitos vermelhos nos cadernos escolares e que isso não era nada bom, [...]

(PINHEIRO & JOAQUIM, 2018, pp. 38-39)

Finalmente, no seguinte excerto do poema “A Carta e um Imigrante Pontuado com um Grão de Lágrima, Te Abipiquerst Té, autor presente na antologia *Djidiu – a herança do ouvido*, reafirma o mesmo destino:

Faz zinco anos e ainda lisboeto

Entre as leis e as suas mutações me gueto

Prior Velho nada do que é um sonho de um africano nas europas

Sonhar-me com maravilhas nas mansões de latas despertar-me

Sonhar-me com banquetes esticando braços para me amparar.

[...] (TÉ In: FERNANDES, 2017, p.50)

Nos autores e obras levantados, percebe-se também a prevalência do racismo no balizamento das relações étnico-raciais, como se nota nas passagens acima

referenciadas e que está sublinhada no poema “Renegados”, de Apolo de Carvalho:

Renegados

Mas que país é este que renega os seus próprios nacionais?
Que se nutre do trabalho dos que há muito vieram,
Mas documentos nunca obtiveram,
Por mais que descontassem e impostos sempre pagassem,
Na vã esperança de verem algum dia respeitados
Os seus, racionados, direitos fundamentais?
Que país infanticida é este, cujas estruturas institucionais
Ignoram a existência de complexos problemas raciais,
Embora jovens negros sejam amiúde tratados como marginais,
Por negrófobas retóricas sociais,
Disfarçadas de um racismo deveras subtil,
Que toma cada vez mais, formas estruturais?
[...] (CARVALHO In: FERNANDES, 2017, p. 34)

Outra característica compartilhada pelos autores refere-se à luta contra a persistente invisibilidade dos sujeitos negros tanto no cotidiano concreto como no plano simbólico, representando e corporificando inquietações humanas a partir do olhar subjetivo, mas fortemente ancoradas no seu caráter coletivo:

Arrepio

Poderia falar-te de formas de tortura tão sofisticadas
que julgarias serem demasiado para mim,
como aquelas mãos lançadas sobre a minha cabeça.
Vamos ver se é real.
Pareço um rapazinho.
Isso é dos nervos.
Tudo o que tive era realmente meu,
sobretudo o cabelo.
Teço a minha vida
entre a alopecia
e a tesoura nas mãos do meu pai.

O homem fala, a mãe desbasta, a filha cala.

Foi no tempo em que já não chorava

o que só lhes afiava a raiva.

Pode rapar tudo.

O teu pai põe-te fora de casa.

Não quero saber.

E a lentidão amontoada

como o cabelo no chão

era como se sangrasses,

porém às vezes havia tranças

e parece que voltava a sorrir. (CASIMIRO, 2018, p. 52)

Ou ainda a questão da afirmação categórica da identidade e da beleza negras como no poema de Raquel Lima, conhecida por seu trabalho com a oralidade no âmbito do gênero *spoken word*:

planeta África

sou afrodescendente

afrodisíaca

afrodiásporica

afroconsciente

afroditurista

afroresiliente

afro não-condescendente

gostaria que África não fosse um prefixo inconsequente

que fosse um planeta em vez de um continente (LIMA, 2019, p. 24)

A memória e a aspiração por conectar laços e pontas soltas com a história em que sobressai a fundação de uma genealogia da própria existência animam essas escritas ainda que, como ressaltado, guardem diferenças e especificidades em cada projeto literário.

Vejamos outros dois exemplos em que esse aspecto faz-se presente:

A Seiva

Hoje quero dançar toda noite, durante toda vida, que
dura apenas hoje.

Hoje quero ser Preto de pele curtida, calejada.

Hoje quero ser dor ignorada.

Hoje sou Kanjila sobrevoando livremente as montanhas.

Hoje sou apenas eu. Filho dos meus pais irmãos dos meus irmãos.

*

A cor da minha cor tem cicatrizes profundas espalhadas pelo corpo.

O vermelho é o sonho.

Dilaceraram o verde que trazia colado no peito.

O amarelo em mim morreu.

O azul desvaneceu.

De tamanha tristeza o rosa debotou.

O que restou?

Preto e branco.

Branco e preto.

Tingiram de branco o meu preto corpo,

tingiram de brancos meus pretos costumes.

Embranqueceram a minha preta beleza.

Alcatroaram a minha vaidade:

no Texas, no Rio de Janeiro, em São Paulo e Pretoria,

em Lisboa, no Porto e até em Luanda...

Arrancaram o meu branco marfim

e feriram tudo em mim.

[...] (JOAQUIM, 2017, pp. 33-34)

Assim começa *Essa dama bate bué*, romance de estreia de Yara Monteiro:

A minha primeira memória é uma árvore; a segunda, uma onda. Sem sombra, voo por entre as raízes que sustentam o fundo do mar. Não existo antes daquele momento, nem existo para além dele. São imagens que irrompem nos meus sonhos e atemorizam o meu sono.

De quando em quando, o aroma intenso a leite azedo aflora. Junta-se a ele o gosto a suor salgado que sobrevive na minha língua. Parte de mim conforta-se nessas

sensações. A outra parte inquieta-se com o vazio de ser só isto tudo o que tenho de recordação da minha mãe. A verdade mais íntima é não a poder reclamar como sendo minha. Sei-o. Rosa Chitula, minha mãe, mais do que a mim, amou Angola e por ela combateu. Chamo-me Vitória Queiroz da Fonseca. Sou mulher. Sou negra. (MONTEIRO, 2018, p. 9).

A narrativa aborda a trajetória de Vitória, uma angolana neta de um assimilado e uma portuguesa que vive em Lisboa com os avós maternos retornados, na sua busca pela mãe, uma combatente envolvida nas lutas de independência de Angola.

Esse retorno envolve não apenas o resgate da figura materna mas, sobretudo, se constitui em uma jornada de conhecimento e apropriação da sua própria história e, conseqüentemente, do delineamento de sua identidade, implicando na recuperação das memórias e experiências não vividas num jogo de iniciação, formação e transformação.

Na jornada, Vitória confronta-se com um ambiente que é, ao mesmo tempo, familiar (ressoa sua própria experiência na vida em família e nas conversas que testemunha recorrentemente) e desconhecido:

– Conheces a história da nossa Rainha Ginga? – pergunta-me.

O meu silêncio dá-lhe a resposta.

– Só as Marias do teu Portugal – ironiza Romena por detrás de uma risada. (MONTEIRO, 2018, p. 34)

Não é que esta história e tantas outras memórias da família me tenham sido alguma vez relatadas. Durante a minha infância, ia arquivando as conversas entre a avó e as tias. Fingia-me distraída para estar atenta ao que ouvia.

O que acontece e que a memória familiar não é apenas de quem a viveu. Quem nasce a seguir, carrega a biografia de quem chegou primeiro. Eu existo naquele passado, e a memória pertence-me. A Angola que conheço é a evocação das lembranças que não foram extintas pelo tempo. É a utopia da felicidade. É dessa Angola que a minha família tem saudades. Recorrentemente voltam a elas para matarem a fome da urgência da existência. (MONTEIRO, 2019, pp. 81-82)

Em entrevista ao *Público* de 21 de março de 2019, Monteiro declara: “Sou trineteta da escravatura, bisneta da mestiçagem, neta da independência e filha da diáspora”. Consciente de seu lugar em Portugal, entende que, juntamente com outros escritores afro-diaspóricos constitui um grupo que elabora literariamente aspectos importantes das tensas relações sociais, econômicas e raciais em Portugal ainda às voltas com os desdobramentos de seu passado colonial e os impasses dessa condição quando afirma: “Somos afrodescendentes que tocamos nos mesmos pontos da identidade, da vivência em Portugal, dos desafios de um africano”.

Assim, em síntese, no primeiro grupo, teríamos Andrea Coutinho, Bernadete Ribeiro, Matamba Joaquim, Djaimilia Pereira de Almeida; Grada Kilomba, Gisela Casimiro, Kalaf Epalanga, Raquel Lima, Sónia Vaz Borges, Tvon e Yara Monteiro.

Destaque-se ainda *A antologia Djidiu – A herança do ouvido* (2017), que veicula vozes de diferentes poetas e escritores negros de variadas origens que, ao longo de 2016 e por iniciativa da *Rádio AfroLis*, reuniram-se para “participar ativamente na produção e divulgação de textos da sua própria autoria ou de autores que considerassem relevantes para a experiência de ser negro no mundo e, em particular, em Portugal.” (FERNANDES, 2017, p.13).

É preciso ressaltar que as obras de Grada Kilomba e Sónia Vaz Borges não se constituem em textos propriamente literários, mas estruturam-se a partir de narrativas e experiências e podem, segundo aponta o prefaciador de *Na Pó Di Spéra*, de Borges, afirmar-se como possível e desejável, entre outras possibilidades de entendimento da realidade negra no país, “fonte de inspiração para os ficcionistas que surjam a tecer enredos sobre a realidade dos bairros periféricos.” (D’ESPINEY In: BORGES, 2014, p. 15)

Já no segundo grupo, ainda que seja discutível definir com precisão os autores como afro-lusitanos, suas obras apresentam incontestáveis marcas que também revelam em suas narrativas uma preocupação ética e estética com as ambiguidades e perversidades dos processos de construção identitária do negro a partir da vivência em Portugal. Compõem esse grupo Joaquim Arena, Aida Gomes, Ricardo Adolfo e Didier Ferreira.

Um bom exemplo é o romance *Os pretos de Pousaflores*, de Aída Gomes, e cujo excerto abaixo explicita o estranhamento causado pela volta do português Silvério a seu país depois de anos em Angola, trazendo consigo os três filhos mestiços que serão marcados pela identificação de *os negros da aldeia*.

Empurraram-me contra o cartaz da parede. Letras azuis e brancas, Bem-Vindos a Portugal. Aperto as asas do saco de plástico nos dedos.

[...]

– Ercília! Não entendes mesmo nada de nada? O pai não os quer junto com os retornados.

[...]

– Belmira, voltamos um dia para Angola?

– Quantas vezes já te disse? Sim, voltamos.

– Quando?

– Um dia. Somos angolanos, não somos? Então?

– E a minha mãe, vem também para Portugal? (GOMES, 2011, pp. 22-23)

Mal-humorada, fecha a gaveta. Examina-me a cabeleira. O que lhe resta da família tem carapinha.

[...]

“Não tenho quarto vazio, no do pai e da mãe durmo eu, o resto são arrecadações a precisarem de obras, nem convém ninguém dormir lá. Silvério, dormes com teu filho no alpendre, há espaço, e para as miúdas há o palheiro. Vocês amanhem-se como puderem!”

Sacana da velha! (GOMES, 2011, p. 44)

Concluindo...

É possível afirmar preliminarmente que os autores selecionados engendram escritas que se organizam a partir de reconfigurações de pertencimento racial e identitárias como um procedimento ético e estético. Percebe-se também uma preocupação em recuperar laços com a ancestralidade africana, buscando tecer fios a partir do resgate de memórias muitas vezes não vivenciadas, sem, no entanto, menosprezar os laços portugueses e as contradições que essa condição impõe. Desenham, assim, trajetórias que têm um indiscutível caráter fundacional em movimentos de reconhecimento de si mesmos talhados na memória coletiva.

Nesse sentido, percebem-se pontos de confluência com a literatura de autoria negra brasileira. Como temos apontado (2015), essa literatura corporifica as contradições dos processos históricos de Portugal e do Brasil. Os textos literários resgatam memórias elididas e muitas vezes não vivenciadas e, com isso, fazem refletir sobre as contradições e a violência com que o discurso hegemônico empareda a experiência negra e, ao fazer isso, inserem-se na luta política que visa à transformação:

A literatura de autoria negra constituir-se-ia, assim, no espaço da resistência e na forma de reconstituir o equilíbrio social: ao mesmo tempo elemento de preservação e de transformação da história. [...] são escritas que não abdicam do papel de interferir na cena cotidiana, são textos atravessados pelas tensões decorrentes desse posicionamento. Ao se apropriarem do espaço que está historicamente construído por e para as elites brancas, essas vozes erguem-se e expõem-se dialeticamente, contestando com veemência sua condição. (SARTESCHI, 2015, p. 387)

A história surge a partir da perspectiva desses sujeitos como elemento fundamental para a compreensão da experiência negra em toda sua extensão no espaço do *império* já que, ao ser oficialmente escrita, parte de um campo de força ideológico seletivo, que pertence às classes dominantes e, portanto, está repleta de silenciamentos.

Assim, é possível observar que os textos literários aqui recolhidos problematizam temas complexos e multifacetados como os colocados e desvelam, no âmbito interno do país, os desdobramentos contemporâneos do colonialismo português e derrubam, por um lado, a imagem idealizada do colonialismo brando e cordial levado a termo por Portugal, que ainda impregna certos discursos oficiais, desconstruindo o mito da democracia racial agora nas cores lusas; por outro, explicitam as tensas relações raciais e o racismo que perpassam a sociedade portuguesa.

São vozes que, insubmissas, se articulam e confrontam os discursos dominantes, apresentando um significado real de resistência à opressão imposta pelo poder hegemônico, não apenas pela denúncia, mas, sobretudo, por um trabalho estético marcado pelo resgate de um passado histórico, agora sob novas bases e dimensão para projetar um futuro transformador – na arte e na vida.

Referências

- ADOLFO, R. A. *Depois de morrer aconteceram-me muitas coisas*. Lisboa: Alfabeta Portugal, 2009.
- _____. *Maria dos canos serrados*. Porto Alegre: Dublinense, 2018.
- _____. *Mizé – Antes galdéria que remediada*. Carnaxide: Alfabeta/Ed. Objectiva, 2006.
- _____. *Os chouriços são todos para assar*. Lisboa: Alfabeta Portugal, 2012.
- ALMEIDA, D. P. *Esse cabelo*. Alfragide: Teorema, 2015.
- _____. *Luanda, Lisboa, Paraíso*: Lisboa: Companhia das Letras / Penguin Random House, 2018.
- _____. *Pintando com o pé*. Lisboa: Relógio D'Água Editores, 2019.
- ARENA, J. *Debaixo de nossa pele - Uma viagem*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2017.
- BORGES, S. V. *Na Pó Di Spera*. Cascais: Princípiã, 2014.
- CALDEIRA, A. M. *Escravos e traficantes no império português – o comércio negreiro português no Atlântico durante os séculos XV a XIX*. Lisboa: A esfera dos Livros, 2013.
- CASIMIRO, G. *Erosão*. Bragança Paulista: Urutau, 2018.
- COUTINHO, A. *Hair*. Lisboa: Sapata Press, 2018.
- EPALANGA, K. *Estórias de amor para meninos de cor*. Alfragide: Editorial Caminho, 2011.
- _____. *O angolano que comprou Lisboa (por metade do preço)*. Alfragide: Editorial Caminho, 2014.
- _____. *Também os brancos sabem dançar*. São Paulo: Todavia, (2018).
- FERNANDES, C. et al. *Djidiu – A herança do ouvido*. Lisboa: Edições VadaEscrevi, 2017.
- FERREIRA, D. *Diário poético de um empregado de balcão*. Lisboa: Esfera do caos, 2014.
- GOMES, A. *Os pretos de pousaflores*. Alfragide: Dom Quixote, 2011.
- HENRIQUES, I. C. *Percursos da modernidade em Angola. Dinâmicas comerciais e transformações sociais no século XIX*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical/Instituto de Cooperação Portuguesa, 1997.
- JOAQUIM, M. *O sul sem ti*. Lisboa: Obnósis Ed., 2017.
- KILOMBA, G. *Memórias da Plantação – episódios de racismo quotidiano*. Lisboa: Orfeu Negro, 2019.
- LARA, S. H. A escravidão africana na historiografia luso-brasileira: balanço e perspectivas. In: ARRUDA, J. J. e FONSECA, L. A. (org.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru, EDUSC/FAPESP/ICCTI, 2001, pp. 387-404.
- LIMA, R. *Ingenuidade Inocência Ignorância*. São Paulo: BOCA/Animal Sentimental, 2019.
- MACHADO, F. L. “Quarenta anos de imigração africana: um balanço”. *Revista Ler História*, maio de 2009.

MONTEIRO, Y. *Essa dama bate búé*. Lisboa: Guerra e Paz, 2018.

REGINALDO, L. África em Portugal: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *Revista História*, São Paulo, n. 28, 2009, pp. 289-319

RIBEIRO, B. & JOAQUIM, M. *Dois corvos amarelos*. Lisboa: Obnósis Ed., 2018.

SARTESCHI, R. Caminhos da resistência literária em seis poetas negros contemporâneos brasileiros. *Via Atlântica* 27. São Paulo, mar de 2015, pp. 383-397.

SEIXAS, P. C. *O perfil do autor em Portugal*. Lisboa: Sociedade portuguesa de autores, 2018.

TVON. *Um preto muito português*. Lisboa: Chiado Editora, 2017.